

## 8.2 Componente Curricular: Geografia

### 8.2.1 Apresentação do Componente Curricular Geografia

A natureza cambiante do mundo contemporâneo, e da intensidade da velocidade que o qualifica, impõe a necessária simultaneidade de novos olhares, novas técnicas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo da geografia. Impõe, sobretudo, a abertura das mentes para se criar o novo, o diferente, aquele que superará o estágio de dificuldades e limitações de apreensão do real que tão marcadamente ainda caracteriza o presente. (MENDONÇA, 2004)

Desde a segunda metade do século XX, a intensidade e a velocidade das transformações socioespaciais têm modificado substancialmente o objeto de estudo da Geografia, com amplas repercussões na escolarização e na Geografia ensinada na escola básica, isto é, na Geografia Escolar.

A Geografia Escolar tem estruturação e identidade próprias por se tratar de um corpo de conhecimentos produzido a partir das práticas escolares; das crenças e dos saberes pedagógicos dos professores; dos saberes dos estudantes; das orientações curriculares e dos livros didáticos. Contudo, é a ciência geográfica sua fonte alimentadora.

Tal qual a pesquisa geográfica acadêmica, a Geografia Escolar também passou a demandar princípios educativos flexíveis e adaptados à natureza mutante do real, ao exigir do educador uma revisão constante: em sua prática pedagógica; em suas crenças e saberes; na didática utilizada ao realçar as atividades crítico-reflexivas visando o desenvolvimento de competências e habilidades. A educação geográfica exige, sobretudo, a valorização das vivências cotidianas do estudante, desvelando suas práticas espaciais e as perspectivas de leituras do espaço geográfico, a partir da interpretação das paisagens e da apreensão das noções de lugar e território.

Nessa direção, o Currículo Referência de Geografia de Minas Gerais está alinhado aos princípios elucidados pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que privilegia a formação integral do estudante e atribuiu ao professor o papel de mediador das aprendizagens cognitivas, emocionais, físicas e culturais dos estudantes. A Geografia, então proposta, está baseada na ampliação da capacidade dos estudantes para apreenderem a realidade, sob o ponto de vista da espacialidade complexa.

Esperamos que o currículo referência, que ora colocamos nas mãos dos nossos colegas educadores, seja um instrumento de flexibilização, de abrangência de conhecimentos e uma possibilidade real de se experienciar alternativas inovadoras na educação geográfica dos nossos estudantes mineiros.

### **8.2.2 Competências Específicas de Geografia para o Ensino Fundamental**

O componente curricular de Geografia em articulação com as competências gerais da BNCC e com as competências específicas da área de Ciências Humanas deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de sete competências específicas.

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Essas competências expressam os direitos de aprendizagem que todos os estudantes deverão ter acesso ao longo da Educação Básica. O conceito de competências consiste na mobilização de conhecimentos, seja de conteúdos ou de procedimentos, de habilidades, sejam elas práticas cognitivas, socioemocionais, de atitudes ou valores para resolver questões cotidianas mais complexas ou menos complexas.

As competências específicas do componente curricular de Geografia estão em consonância com as competências da área de Ciências Humanas e com as competências gerais da BNCC, sendo que algumas dessas competências gerais aparecem com mais ênfase em outros componentes curriculares. Como exemplo de como as competências gerais deverão ser desenvolvidas em Geografia temos:

as habilidades que trabalharão as diferentes formas de representação espacial e apresentação de características dos diferentes lugares, desenvolvem a competência 5 (Cultura Digital);

habilidades que exploram a organização e a apropriação do espaço por diferentes comunidades desenvolvem a competência 6 (Trabalho e Projeto de Vida);

as habilidades que trabalham com as questões relacionadas a ação do homem sobre a natureza desenvolvem a competência 7 (Argumentação); as competências 8 (Autoconhecimento e autocuidado) 9 (Empatia e cooperação) e 10 (Responsabilidade e cidadania) são amplamente contempladas em Geografia.

### **8.2.3 Relação do Componente Curricular com as Concepções do Currículo Referência de Minas Gerais**

O Currículo Referência de Minas Gerais prioriza uma educação de qualidade que valoriza a equidade e a diversidade. Para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, na escola, a educação básica mineira tem como compromisso a formação integral dos estudantes em seus aspectos cognitivos, físicos e emocionais.

Nesse sentido, o componente curricular de Geografia, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades favorecerá a formação integral do estudante proporcionando-lhe a compreensão do espaço local e suas inter-relações com o global; permitindo-lhe o reconhecimento e a valorização dos diferentes saberes como também favorecendo a construção de uma atitude responsável diante da natureza e consciente de suas responsabilidades e direitos.

O Currículo Referência Mineiro em consonância com a Base Nacional Comum Curricular tem também como princípio a inclusão da diversidade mais ampla de todos os estudantes. Dessa forma, parte-se da premissa de que todo estudante é capaz de aprender e, para garantir a equidade a eles é proposto à adoção de práticas pedagógicas diferenciadas que estimulem a aprendizagem, a autonomia intelectual, o exercício da empatia e do diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito ao outro e aos direitos humanos, bem como o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

O componente curricular de Geografia, para garantir o que está proposto no Currículo Referência de Minas Gerais e na BNCC, a partir do seu objeto de estudo, o espaço geográfico, trabalhará com diferentes estilos de aprender, visual, auditivo, sinestésico. Esses modos de aprender, associados, às metodologias ativas, em que os estudantes são convidados a participarem da construção do conhecimento, favorecerão o aprendizado de todos e a transposição dos seus saberes para a resolução de problemas da vida prática.

O Projeto Político Pedagógico é reconhecido pelo Currículo Referência de Minas Gerais como um instrumento de participação democrática no qual cada escola considerando seu contexto e suas singularidades encontra espaço para destacá-lo e apresentar estratégias para a seu desenvolvimento no âmbito escolar. O componente curricular de Geografia poderá ter destacado no Projeto Político Pedagógico de cada escola sua atuação no reconhecimento e valorização do espaço local e social da escola e de sua comunidade.

### 8.2.4 Especificidades do Componente

Ensinar Geografia tem sentido para o estudante compreender o mundo em que vive e buscar sua transformação, utilizando-se da tecnologia, visando à qualidade de vida ambiental e humana, sendo usuário das linguagens necessárias à interpretação geográfica, com destaque para a

visual e, no interior desta, a representação gráfica e cartográfica. Os conhecimentos geográficos o ajudarão a tomar decisões diante de situações concretas, demonstrando sua capacidade de percepção e de estabelecimento de relações com a vida cotidiana numa perspectiva interdisciplinar. (CBC, 2007).

Nessa perspectiva, estudar Geografia é uma oportunidade para compreender, atuar e ler o mundo em que vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem com base nas aprendizagens em Geografia, os estudantes precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte, Literatura e outras). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança, etc.

A Cartografia no referencial curricular será considerada uma linguagem, um sistema de código de comunicação importante para o ensino da Geografia, articulando fatos, conceitos e sistemas conceituais que permitem ler e escrever as características do território. Neste contexto, segundo CASTELLAR (2011, p.216):

a cartografia escolar é uma opção metodológica, podendo ser utilizada em todos os conteúdos da Geografia, não somente para localização dos países, mas também para entender as relações entre eles, os conflitos e a ocupação do espaço, a partir da interpretação e da leitura de códigos específicos da cartografia.

O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios: Analogia, Conexão, Diferenciação, Distribuição, Extensão, Localização, Causalidade e Ordem (Quadro 1). Para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e dos fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais, causas e consequências das ações antrópicas.

Quadro 1 - Descrição dos Princípios do Raciocínio Geográfico

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
<b>Analogia</b>	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos e o início da compreensão da unidade terrestre.
<b>Conexão</b>	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
<b>Diferenciação</b>	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
<b>Distribuição</b>	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
<b>Extensão</b>	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
<b>Localização</b>	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
<b>Causalidade</b>	Um fenômeno geográfico nunca acontece por acaso, mas sempre apresenta uma causa que levará a várias consequências.
<b>Ordem</b>	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fonte: FERNANDES(2016); MOREIRA(1999).

Essa é a grande contribuição da Geografia aos estudantes da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fático (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania.

Para isso, é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A superação dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica. Essa forma de entender o ato de

aprender e produzir conhecimento, desenvolvendo o pensamento complexo do educando e dos educadores, é assim esclarecido:

aprender o significado de um objeto ou um acontecimento é vê-lo em suas relações com outros objetos ou acontecimentos; os significados constituem, pois, feixes de relações; as relações entrecruzam-se, se articulam em teias, em redes, construídas social e individualmente em permanente estado de atualização. (MACHADO, 1995, p.21).

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de ler, no componente curricular de Geografia, algumas dessas possibilidades, é por meio do trabalho de campo e da observação atenta das informações mundiais comunicadas pelas diferentes mídias. O trabalho de campo demanda não só a observação, mas escrever/ler roteiros dos espaços pesquisados, dos elementos a observar, das perguntas a serem feitas, bem como do confronto com tudo que foi visto na sala de aula. As informações veiculadas pelas diferentes mídias devem ser tomadas como contrapontos a outras fontes, pois embora as valorize em certo ponto as relativiza, pois, a mídia tem olhares e interesses diferentes dos livros escolares, ou da literatura ou da produção universitária.

### **8.2.5 Diretrizes para o Ensino do Componente**

A análise acerca do ensino de Geografia começa pela compreensão do seu objeto de estudo. Neste sentido, muitos foram os objetos da Geografia antes de se ter algum consenso, logo, o referencial curricular terá como foco de análise o espaço geográfico, compreendido como o espaço das interações socioambientais.

Nessa perspectiva, os objetos do conhecimento da Geografia são entendidos nestas diretrizes curriculares como saberes culturais, diferenciando-se, assim, da concepção de conteúdos escolares definidos pela tradição. Isso significa que neles estão incorporados outras formas ou saberes culturais. São conhecimentos relativos a uma ampla gama de atividades e práticas sociais, que incluem o conhecimento e o domínio de sistemas simbólicos, habilidades e estratégias de busca, seleção e organização da informação; estratégias de aprendizagem e de resolução de problemas; conhecimento, respeito e prática de costumes e tradições; conhecimento, respeito e prática dos princípios que regem os comportamentos individuais e grupais; além de diversos enfoques que forem considerados válidos para as aprendizagens e a formação mais ampla dos alunos.

Do mesmo modo que existem várias razões que justificam a presença da Geografia nos currículos escolares do ensino fundamental, são muitas as formas de definir os critérios para a seleção dos objetos de conhecimento. O importante é que esses critérios não são excludentes, ou seja, uma boa seleção de objetos do conhecimento deve levar em conta todos eles: científico, tecnológico, cultural e pedagógico.

O critério científico possibilita compreender a realidade do mundo em que vivemos, numa pluralidade de abordagens para o entendimento do espaço geográfico. Essas abordagens são a crítica, que se refere à compreensão e à explicação do processo de produção do espaço geográfico sem se restringir às determinações econômicas; a cultural, que incorpora a explicação perceptiva, subjetiva e contextualizada da diversidade cultural dos espaços geográficos, identificados na tradição, etnia, religião, linguagem, costumes, crenças, gênero e valores; e a socioambiental, que problematiza as graves questões decorrentes das relações contraditórias e conflituosas entre sociedade e natureza, sociedade e espaço, do presente.

As três abordagens – crítica, cultural e socioambiental – são transversalizadas pela dimensão formadora, propiciadas pela educação ambiental e patrimonial que se contrapõem à tendência globalizadora. Esta incita o consumismo, a uniformização de hábitos e costumes, invalida referências valorativas sobre as quais os indivíduos e grupos constroem a sua identidade.

A rede da educação patrimonial e ambiental leva à construção de sociedades sustentáveis. Portanto, é responsabilidade dos educadores fomentar a construção de novos conhecimentos, mentalidades e comportamentos comprometidos com esse objetivo. É preciso derrubar as rígidas fronteiras entre as diferentes abordagens geográficas, e entre elas e os componentes curriculares da área de ciências humanas, para que possamos, com múltiplos olhares, estudar, desvendar e explicar as complexas realidades socioespaciais plurais do mundo contemporâneo; compartilhando das reflexões do geógrafo Milton Santos:

[...] partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar

cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. (SANTOS. 1998. p.21).

A seleção de objetos do conhecimento sob a ótica do critério tecnológico coloca um duplo desafio para a prática educativa. De um lado, é preciso levar em conta os novos signos que a modernização econômica impõe ao espaço geográfico: a tecnociência, com suas constantes inovações e mudanças no padrão de consumo; o avanço das telecomunicações, transportes e serviços; a reorganização das empresas e o fim do emprego. E, de outro lado, o novo paradigma da economia ecológica que, ao buscar compreender as intrincadas relações entre desenvolvimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental, propõe a valoração econômica ambiental como instrumento na gestão de recursos ambientais, inserindo o meio ambiente nas estratégias de desenvolvimento econômico.

Os seres humanos vêm experienciando, ao longo do tempo histórico, a transformação do mundo natural em um mundo humano, tendo como mediação o trabalho social sustentado pelos códigos de comunicação impregnados de significados; não só a linguagem, como também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, os rituais, a música, a pintura e as edificações.

Toda ação humana na natureza resulta em produção material e simbólica: o espaço geográfico.

O critério cultural se refere, pois, à produção simbólica do mundo vivido em seus diferentes gêneros ou estilos de vida que, por sua vez, conformam paisagens culturais histórica e geograficamente específicas, responsáveis pela diversidade espacial.

No critério pedagógico, os objetos de conhecimento são também vistos como conceitos, procedimentos e atitudes recortados da cultura humana e ressignificados sob a ótica do desenvolvimento de competências. Tais dimensões do conhecimento são estruturadores para se ensinar e aprender Geografia.

Dos conceitos propostos para serem recursivamente trabalhados, destacam-se: o território, o lugar, a paisagem, as redes e a região:

O território é priorizado, porque incorpora a delimitação das relações de poder, o domínio e a apropriação de porções do espaço usado política, econômica e culturalmente. No território estão os homens, grupos sociais, povos. Eles conferem ao espaço, lugar, paisagem ou região uma territorialidade identificada nos processos de formação e

transformação dos domínios pela tecnologia que, por sua vez, incorpora redes e técnicas usadas e apropriadas por meio do trabalho, da cultura e de outras relações de poder.

O lugar, no sentido de referência, localização e orientação espacial, transita entre o local, o regional e o mundial. Nele se reconhecem identidades, pertencimento, culturas, singularidades dos povos e civilizações, características físicas, bem como as formas como essas condições são enfrentadas, transformadas ou determinantes de certo modo de vida nos diferentes lugares do planeta.

O olhar sobre o visível, que permite ler a paisagem percebida através dos sentidos. A partir dessa percepção da paisagem, inferem-se acerca da complexidade da vida social contida em seus elementos culturais, políticos, econômicos e ambientais, enfim, naquilo que a anima e lhe dá vida pela força dos símbolos, das imagens e do imaginário.

A rede e a região são também priorizadas, porque são unidades espaciais dinâmicas que dão visibilidade aos fenômenos socioespaciais contextualizados no espaço geográfico. A rede, na perspectiva dos fluxos e deslocamentos de ideias, pessoas e produtos, modifica, transgride, amplia e moderniza os lugares, territórios, paisagens e regiões, numa velocidade cada vez mais intensa de redes legais e redes ilegais. E a região, por facilitar a análise da realidade em recortes sucessivos de fenômenos socioespaciais, econômicos, políticos, culturais e ecológicos.

Em suma, o critério pedagógico imprime flexibilidade aos objetos do conhecimento/recortes selecionados, uma vez que privilegia o exercício de uma atitude problematizadora do estudante e requer um percurso metodológico, que inclui o tratamento da informação e das habilidades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e científico, como as da pesquisa.

### **8.2.6 O Componente Curricular nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental**

No contexto da aprendizagem no Ensino Fundamental - Anos Iniciais será necessário considerar as noções espaço-temporais já apresentadas e desenvolvidas pelas crianças na Educação Infantil.

Desse modo, a Geografia, como componente curricular, nos Anos Iniciais, objetiva garantir o acesso aos conhecimentos do mundo físico e natural e da realidade social e política. Exige, sobretudo, a valorização das vivências cotidianas do estudante “onde eles desenham familiares, enumeram relações de parentesco, reconhecem-se em fotos (classificando-as como antigas ou recentes), guardam datas e fatos, sabem a hora de dormir, de ir para a escola, negociam horários, fazem relatos orais, revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras ensinadas pelos mais velhos, posicionam-se criticamente sobre determinadas situações, e tantos outros” (BNCC 2017, p. 365).

Desvelando suas práticas espaciais e as perspectivas de leituras do espaço geográfico, a partir “do desenvolvimento da capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações cartográficas” (BNCC 2017, p.365). Assim, os estudantes desenvolvem a percepção e o domínio do espaço, além de favorecer a interpretação das paisagens e da apreensão das noções de lugar e território.

É essencial a construção das relações espaciais pelas crianças nos anos iniciais, pois, propicia-lhes situar-se espacialmente, compreender realidades espaciais distantes e ampliar, assim, a sua visão (de mundo – recortar). Nessa fase, é fundamental que os alunos consigam saber e responder algumas questões a respeito de si, das pessoas e dos objetos: Onde se localiza? Por que se localiza? Como se distribui? Quais são as características socioespaciais? “Essas perguntas mobilizam as crianças a pensarem sobre a localização de objetos e das pessoas no mundo, permitindo que compreendam seu lugar no mundo, desenvolvendo o raciocínio lógico”. (BNCC, 2017, p. 365).

Assim, é imprescindível também, que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos.

O trabalho com a Geografia deverá privilegiar problematizações interdisciplinares, no qual, princípios transversais deverão ser acionados. Além disso, deverá se efetivar como um permanente exercício de vivências reflexivas sobre as relações entre pessoas e com a natureza, numa perspectiva de solidariedade, dignidade e produção de saberes que contribuam para uma vida melhor para todos.

Na fase final do Ensino Fundamental – Anos Finais, pretende-se garantir a continuidade e a progressão das aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em níveis crescentes de aprofundamento da compreensão conceitual a respeito da produção do espaço. Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade, não apenas, de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado.

Para tanto, no 6º ano, propõe-se a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço, para uma tomada de consciência sobre a escala da interferência humana no planeta. Aborda-se também o desenvolvimento de conceitos estruturantes do meio físico natural, destacadamente, as relações entre os fenômenos no decorrer dos tempos da natureza e as profundas alterações ocorridas no tempo social. Ambas são responsáveis pelas significativas transformações do meio e pela produção do espaço geográfico, fruto da ação humana sobre o planeta e sobre seus elementos reguladores.

Trata-se, portanto, de compreender o conceito de natureza; as disputas por recursos e territórios que expressam conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais; e o avanço do capital, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o mapa temático. O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas. Nesse sentido, espera-se que eles compreendam o papel de diferentes povos e civilizações na produção do espaço e na transformação da interação sociedade/natureza.

No 7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política. Objetiva-se o aprofundamento e a compreensão dos conceitos de Estado-nação e formação territorial, e também dos que envolvem a dinâmica físico-natural, sempre articulados às ações humanas no uso do território. Espera-se que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões

existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, como também entendam o processo socioespacial da formação territorial do Brasil e analisem as transformações no federalismo brasileiro e os usos desiguais do território.

Nesse contexto, as discussões relativas à formação territorial contribuem para a aprendizagem a respeito da formação da América Latina, em especial da América portuguesa, que são apresentadas no contexto do estudo da geografia brasileira. Ressalta-se que o conceito de região faz parte das situações geográficas que necessitam ser desenvolvidas para o entendimento da formação territorial brasileira.

Nos dois últimos anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, o estudo da Geografia se concentra nas dinâmicas atuais do espaço mundial. Para isso, parte da compreensão de que, na realidade atual, a divisão internacional do trabalho e a distribuição da riqueza tornaram-se muito mais fluidas e complexas do ponto de vista das interações espaciais e das redes de interdependência em diferentes escalas. Por esse motivo, no estudo dos países de diferentes continentes (América, Europa, Ásia, África e Oceania), são tematizadas as dimensões da política, da cultura e da economia.

Nessa direção, explora-se, no 8º ano, uma análise mais profunda dos conceitos de território e região, por meio dos estudos da América e da África. Pretende-se, com as possíveis análises, que os estudantes possam compreender a formação dos Estados Nacionais e as implicações na ocupação e nos usos do território americano e africano. As relações entre como ocorreram as ocupações e as formações territoriais dos países podem ser analisadas por meio de comparações, por exemplo, de países africanos com países latino-americanos, inserindo, nesse contexto, o processo socioeconômico brasileiro. Destaca-se também a relevância do estudo da América do Norte, com ênfase no papel dos Estados Unidos da América na economia do pós-guerra e em sua participação na geopolítica mundial na contemporaneidade.

Nos estudos regionais, sejam da América, sejam da África, as informações geográficas são fundamentais para analisar geoespacialmente os dados econômicos, culturais e socioambientais – tais como GINI, IDH, saneamento básico, moradia, entre outros –, comparando-os com eventos de pequenas e grandes magnitudes, como terremotos, tsunamis e desmoronamentos devidos a chuvas intensas e falta da cobertura vegetal. Considera-se que os estudantes precisam conhecer as diferentes concepções dos usos dos territórios, tendo como referência diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais, por meio de conceitos como classe social, modo de vida, paisagem e

elementos físicos naturais, que contribuem para uma aprendizagem mais significativa, estimulando o entendimento das abordagens complexas da realidade, incluindo a leitura de representações cartográficas e a elaboração de mapas e croquis.

Por fim, no 9º ano, é dada atenção para a constituição da nova (des)ordem mundial e a emergência da globalização/mundialização, assim como suas consequências. Por conta do estudo do papel da Europa na dinâmica econômica e política, é necessário abordar a visão de mundo do ponto de vista do Ocidente, especialmente dos países europeus, desde a expansão marítima e comercial, consolidando o Sistema Colonial em diferentes regiões do mundo. É igualmente importante abordar outros pontos de vista, seja o dos países asiáticos na sua relação com o Ocidente, seja o dos colonizados, com destaque para o papel econômico e cultural da China, do Japão, da Índia e do Oriente Médio.

Entender a dimensão sociocultural e geopolítica da Eurásia na formação e constituição do Estado Moderno e nas disputas territoriais possibilita uma aprendizagem com ênfase no processo geo-histórico, ampliando e aprofundando as análises geopolíticas, por meio das situações geográficas que contextualizam os temas da geografia regional.

Espera-se, assim, que o estudo da Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais possa contribuir para o delineamento do projeto de vida dos jovens alunos, de modo que eles compreendam a produção social do espaço e a transformação do espaço em território usado. Anseia-se, também, que entendam o papel do Estado-nação em um período histórico cuja inovação tecnológica é responsável por grandes transformações socioespaciais, acentuando ainda mais a necessidade de que possam conjecturar as alternativas de uso do território e as possibilidades de seus próprios projetos para o futuro. Espera-se, também, que, nesses estudos, sejam utilizadas diferentes representações cartográficas e linguagens para que os estudantes possam, por meio delas, entender o território, as territorialidades e o ordenamento territorial em diferentes escalas de análise.

### **8.2.7 As Unidades Temáticas do Componente nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental**

Tendo como referência a Base Nacional Curricular Comum, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Educação – SEE/MG em cooperação com a União Nacional de Dirigentes Municipais - UNDIME, no componente curricular de Geografia,

mantiveram as cinco unidades temáticas comuns a todos os anos de escolaridade do Ensino Fundamental, em uma progressão das habilidades. As unidades temáticas são:

1. O sujeito e seu lugar no mundo;
2. Conexões e escalas;
3. Mundo do trabalho;
4. Formas de representação e pensamento espacial;
5. Natureza, ambiente e qualidade de vida.

As unidades temáticas, por sua vez possuem objetos de conhecimentos e habilidades que embora sejam apresentadas de forma linear podem ser trabalhadas pelo professor de forma recursiva, ou seja, para o desenvolvimento de uma habilidade que aborda a comparação entre o espaço urbano e o rural pode ser desenvolvida conjuntamente uma habilidade de leitura e interpretação de mapas sobre, por exemplo, a distribuição das populações no campo e na cidade. Logo, as habilidades devem ser trabalhadas de forma integrada para garantir o desenvolvimento do pensamento espacial e por consequência do raciocínio geográfico dos estudantes.

Na unidade temática **O sujeito e seu lugar no mundo**, focalizam-se as noções de pertencimento e identidade. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. Espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais. Ao tratar do conceito de espaço, estimula-se o desenvolvimento das relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas, além do raciocínio geográfico, importantes para o processo de alfabetização cartográfica e a aprendizagem com as várias linguagens (formas de representação e pensamento espacial).

Além disso, pretende-se possibilitar que os estudantes construam suas identidades relacionando-se com o outro (sentido de alteridade); valorizem as suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares; e, à medida que se alfabetizam, ampliem a sua compreensão do mundo. Em continuidade, no Ensino Fundamental – Anos Finais, procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos,

considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas.

Em **Conexões e escalas**, a atenção está na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global. Portanto, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos precisam compreender as interações multiescalares existentes entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas. A conexão é um princípio da Geografia que estimula a compreensão do que ocorre entre os componentes da sociedade e do meio físico natural. Ela também analisa o que ocorre entre quaisquer elementos que constituem um conjunto na superfície terrestre e que explicam um lugar na sua totalidade. Conexões e escalas explicam os arranjos das paisagens, a localização e a distribuição de diferentes fenômenos e objetos técnicos, por exemplo.

Dessa maneira, desde o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças compreendem e estabelecem as interações entre sociedade e meio físico natural. No decorrer desse processo, os alunos devem aprender a considerar as escalas de tempo e as periodizações históricas, importantes para a compreensão da produção do espaço geográfico em diferentes sociedades e épocas.

Em **Mundo do trabalho**, abordam-se, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos. São igualmente abordadas as características das inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas nos setores da economia e os processos produtivos agroindustriais, expressos em distintas cadeias produtivas. No Ensino Fundamental – Anos Finais essa unidade temática ganha relevância: incorpora-se o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas. A Revolução Industrial, a revolução técnico-científico-informacional e a urbanização devem ser associadas às alterações no mundo do trabalho. Nesse sentido, os alunos terão condição de compreender as mudanças que

ocorreram no mundo do trabalho em variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e etnicorraciais.

Por sua vez, na unidade temática **Formas de representação e pensamento espacial**, além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico. Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando-se na alfabetização cartográfica. Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, audiovisuais, gráficos, entre alternativas, são frequentemente utilizados no componente curricular. Quanto mais diversificado for o trabalho com linguagens, maior o repertório construído pelos alunos, ampliando a produção de sentidos na leitura de mundo. Compreender as particularidades de cada linguagem, em suas potencialidades e em suas limitações, conduz ao reconhecimento dos produtos dessas linguagens não como verdades, mas como possibilidades.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os alunos começam, por meio do exercício da localização geográfica, a desenvolver o pensamento espacial, que gradativamente passa a envolver outros princípios metodológicos do raciocínio geográfico, como os de localização, extensão, correlação, diferenciação e analogia espacial. No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos consigam ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial. Essa, aliás, deve ser uma preocupação norteadora do trabalho com mapas em Geografia. Eles devem, sempre que possível, servir de suporte para o repertório que faz parte do raciocínio geográfico, fugindo do ensino do mapa pelo mapa, como fim em si mesmo.

Na unidade temática **Natureza, ambientes e qualidade de vida**, busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, destacam-se as noções relativas à percepção do meio físico natural e de seus recursos. Com isso, os alunos podem reconhecer de que forma as diferentes comunidades transformam a natureza, tanto em relação às inúmeras possibilidades de uso ao transformá-la em recursos quanto aos impactos socioambientais delas provenientes. No Ensino Fundamental – Anos Finais essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecerem relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões

socioeconômicas e políticas. Dessa maneira, torna-se possível a eles conhecer os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, inclusive no contexto urbano e rural.

Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao **exercício da cidadania** e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecerem e a compararem as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação). No Ensino Fundamental – Anos Finais, espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça. Dessa maneira, possibilita-se o entendimento do que é Geografia, com base nas práticas espaciais, que dizem respeito às ações espacialmente localizadas de cada indivíduo, considerado como agente social concreto. Ao observar e analisar essas ações, visando a interesses individuais (práticas espaciais), espera-se que os alunos estabeleçam relações de alteridade e de modo de vida em diferentes tempos.

Assim, com o aprendizado de Geografia, os estudantes têm a oportunidade de trabalhar com conceitos que sustentam ideias plurais de natureza, território e territorialidade. Dessa forma, eles podem construir uma base de conhecimentos que incorpora os segmentos sociais culturalmente diferenciados e também os diversos tempos e ritmos naturais.

Essa dimensão conceitual permite que os alunos desenvolvam aproximações e compreensões sobre os saberes científicos – a respeito da natureza, do território e da territorialidade, por exemplo – presentes nas situações cotidianas. Quanto mais um cidadão conhece os elementos físico-naturais e sua apropriação e produção, mais pode ser protagonista autônomo de melhores condições de vida. Trata-se, nessa unidade temática, de desenvolver o conceito de ambiente na perspectiva geográfica, o que se fundamenta na transformação da natureza pelo trabalho humano. Não se trata de

transferir o conhecimento científico para o escolar, mas, por meio dele, permitir a compreensão dos processos naturais e da produção da natureza na sociedade capitalista. Nesse sentido, ao compreender o contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos socioeconômicos e culturais, os alunos constroem criticidade, fator fundamental de autonomia para a vida fora da escola.

Para tanto, a abordagem dessas unidades temáticas deve ser realizada integradamente, uma vez que a **situação geográfica** não se configura, apenas, um pedaço do território, uma área contínua, mas um conjunto de relações. Portanto, a análise de situação resulta da busca de características fundamentais de um lugar na sua relação com outros lugares. Assim, ao se estudarem os objetos de aprendizagem de Geografia, a ênfase do aprendizado é na posição relativa dos objetos no espaço e no tempo, o que exige a compreensão das características de um lugar (localização, extensão, conectividade, entre outras), resultantes das relações com outros lugares. Por causa disso, o entendimento da situação geográfica, pela sua natureza, é o procedimento para o estudo dos objetos de aprendizagem pelos alunos. Em uma mesma atividade a ser desenvolvida pelo professor, os alunos podem mobilizar, ao mesmo tempo, diversas habilidades de diferentes unidades temáticas.

Em todas essas unidades temáticas, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum. A abordagem dessas unidades temáticas deve ser realizada integradamente uma vez que a situação geográfica não é apenas um pedaço do território, uma área contínua mais um conjunto de relações.

As unidades temáticas permitem ainda a construção de um pensamento que passa, progressivamente, do simples ao complexo, substituindo um pensamento, que isola e separa, por um pensamento que distingue e une como afirma Morin (1999).

### 8.2.8 Avaliação

Essa organização curricular, coerente com as renovações no campo da Geografia e das novas concepções de aprendizagem já expostas, propõe a adoção de novas concepções

e práticas de avaliação. A avaliação é concebida como um processo que implica diagnóstico, acompanhamento, busca de superação das dificuldades através de intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo e não apenas provas e testes para medir o desempenho final dos estudantes. Isso significa compreender a avaliação como parte do próprio processo de aprendizagem, constituindo-se num grande desafio, não só para os professores de Geografia, mas para o conjunto dos professores de uma mesma escola.

A construção das competências, isto é, das qualificações amplas e múltiplas tem caráter dinâmico e mobiliza ações representadas por habilidades. São elas, entre outras: representar, investigar, comunicar, explicar. Algumas competências são comuns a todos os Componentes Curriculares e ganham significado especial em Geografia, tais como:

- Dominar diferentes linguagens, dentre elas a cartográfica;
- Compreender processos naturais como terremotos e seca; processos culturais como as manifestações de resistência religiosa dos povos muçulmanos ou o racismo;
- Acompanhar a evolução dos processos tecnológicos, com os avanços da biotecnologia dos transgênicos;
- Diagnosticar problemas no espaço de vivência elaborando intervenções e proposições solidárias para resolução de problemas;
- Saber se informar em fontes diferentes;
- Expressar resultados;
- Argumentar com consistência teórica;
- Apontar contradições;
- Identificar incoerências conceituais e manifestar preferências.

O desenvolvimento dessas competências requer dos professores um trabalho cuidadoso, sistemático, articulado com os demais componentes curriculares e muita sensibilidade às diferenças do ritmo de aprendizagem dos seus estudantes. A sua avaliação deve-se valer de atividades que envolvam situações práticas, articuladas com seu desenvolvimento.

As novas propostas de ensino-aprendizagem visam superar a aula puramente expositiva. Valoriza aulas dialogadas, com questões e problemas que demandam a observação, o

estabelecimento de relações e atitudes de pensar e descobrir. Fazem parte destas novas práticas pedagógicas, o trabalho em grupo, os debates em sala de aula, o exercício do diálogo, da problematização e da argumentação, as visitas técnicas, a utilização de recursos multimídias. Essas estratégias permitem a exposição de pontos de vista diferentes e exigem a formação de atitudes que vão desde o respeito à diversidade de opiniões, a capacidade de ouvir e levar em conta o argumento do outro, à colaboração na feita de trabalhos coletivos. Portanto os instrumentos de avaliação visam contemplar aspectos e atitudes de educação na esfera da sociabilidade dos estudantes, dando especial atenção ao desenvolvimento de compromisso com o seu grupo, com a comunidade escolar, assim como com o patrimônio, cultural local, do País e do mundo.

### 8.2.9 Referências Bibliográficas

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CASTELLAR, Sônia Vanzella. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, Rosângela Doin. **Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011. p.216.

MACHADO, Nilson. J. **Epistemologia e didática: as concepções do conhecimento e inteligência e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 21.

MENDONÇA, Francisco. (Org.) **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. 328p.

MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum: Geografia**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Yida; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artemed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Enfoque globalizador e pensamento complexo:** uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artemed, 1998.